TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano II – nº 8 – Janeiro a Março de 2002

Atuação parlamentar em ano eleitoral



Ilustração: Lin

EDITORIAL

Arma de cidadania

Além de despertar esperanças, gerar expectativas positivas, as eleições contribuem para ampliar o debate público e fortalecer a democracia. A participação da maioria, pois, gera espaço para aprofundar o debate, as críticas e sugestões, que enfocam temas ligados ao desenvolvimento, à justiça social, às questões éticas, com exigências de aperfeiçoamento do modelo político e econômico.

Assim, a disputa eleitoral é parte da luta por transformações, modernização da economia, da administração, anseios de garantia de progresso e de bem-estar da sociedade. Essa perspectiva, sem dúvida, deve marcar a campanha eleitoral, a ação dos partidos, dos políticos e dos integrantes das forças sociais. Um ano eleitoral, pois, é fator de reflexão, de busca de correção de distorções que podem comprometer os objetivos do regime.

Nesse aspecto, tem sido predominante, no Legislativo, a posição crítica ao processo, com questionamentos e denúncias de distorções. Daí a preocupação em condenar a influência do poder econômico, administrativo, que se exterioriza através de cabos eleitorais, militantes pagos, obras emergenciais ou propaganda enganosa.

Não se pode negar, é claro, que o processo eleitoral envolve distorções e interesses que prejudicam o caráter pedagógico das campanhas políticas e da realização da eleição. Há equívocos, falhas, mas tais aspectos não podem ser tidos como prova de que a eleição, no geral, é apenas uma moeda de troca. Ao contrário, cada pleito encerra uma lição, sobretudo aquela de que, apesar das falhas, termina prevalecendo a voz do povo nas urnas.

É inegável que o Legislativo tem uma postura em sintonia com as queixas e reivindicações da maioria. Nesse sentido, a campanha eleitoral tende a ser uma busca de contatos com as bases, sem prejuízo das atividades parlamentares. Com efeito, os parlamentares buscam aprofundar as discussões com a comunidade, atender suas reivindicações, encaminhar os seus pleitos. Não se trata de simples moeda de troca, mas parte da missão parlamentar de atuar visando atender os anseios populares, as reivindicações que são crescentes em função dos problemas e interesses dos segmentos que cada parlamentar representa.

Daí a justeza de colocar o pleito deste ano como parte da força da representação popular, sem o maniqueísmo dos que apontam a disputa apenas como um jogo de interesses de grupos. Ou mostram a eleição como prejudicial ao desempenho da economia, da administração e dos recursos públicos.

Neste ano, portanto, a tarefa dos partidos, dos políticos e da sociedade é lutar para que a democracia garanta o regime das liberdades e, sobretudo, o bem-estar da maioria, compromisso que sempre marcou a atuação da Assembléia de Pernambuco. É a força da representação popular, da sua crença na democracia, que se enriquece com a mobilização eleitoral, a disputa civilizada, enfim, a arma decisiva da cidadania.

EXPEDIENTE

O Jornal Tribuna Parlamentar é uma publicação de responsabilidade do **Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Divisão de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Afonso Ferraz; **2º Vice-Presidente**, Deputado André Campos; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Antônio Mariano; **3º Secretário**, Deputado Manoel Ferreira; **4º Secretário**, Deputado Jorge Gomes. **Diretor do Departamento de Comunicação Social,** José Tomaz Filho; **Chefe da Divisão de Imprensa:** Marconi Glauco. **Editora:** Ana Lúcia Lins. **Redatores:** Antônio Azevedo, Christianne Alcântara, Marconi Glauco, Marcos Menezes, Nagib Jorge Neto, Natália Tavares, Pedro Marins. **Estagiários:** Juliana Farias e Pedro Saldanha. **Revisão:** Christianne Alcântara. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Fotógrafos:** Breno Laprovitera, João Santana, Moisés Barbosa e Roberto Soares.

Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368/3221-9375. Fax 3221-9357. PABX 3217-2211. **E-mail:** *dimprensa@alepe.pe.gov.br*

Nosso endereço na Internet *http://www.alepe.pe.gov.br*

ARTIGO

A ética e a ação política

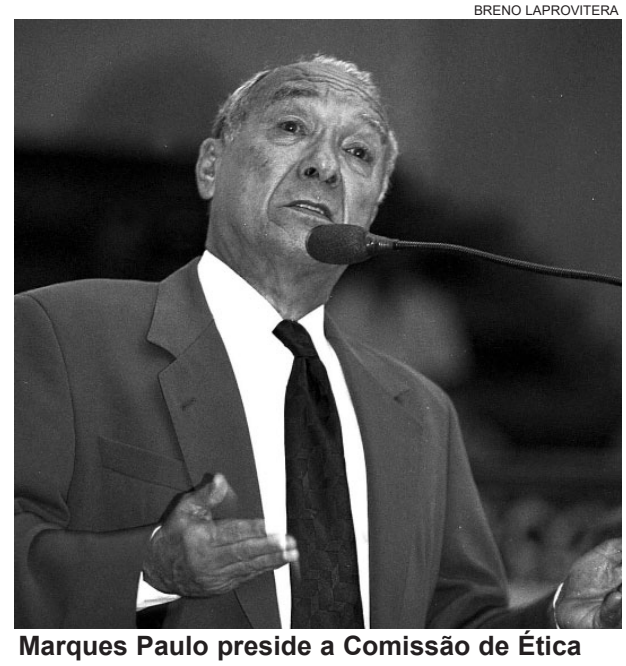
**Gilberto Marques Paulo*

Quem acompanha o progresso, as mudanças e crises deste terceiro milênio, logo se depara com a inversão e deterioração de valores éticos, que se refletem na conduta humana dos que atuam em negócios, na política e nas relações pessoais e que só têm servido de desconforto, abalo e descrença, no papel das lideranças e instituições.

Sob este ângulo, as normas éticas alcançam um novo estágio e passam a ser exigidas, em termos de valores elevados e finalísticos.

Como normas comportamentais e reguladoras da moralidade dos atos, presidem às decisões dos que têm parcela de responsabilidade na condução das aspirações humanas e da coletividade.

BRENO LAPROVITERA



Marques Paulo preside a Comissão de Ética

O ordenamento destas ações far-se-á à luz da razão e sob o impulso da vontade, conformando-as à sua finalidade.

Por coerência lógica, os valores éticos se manifestam numa disciplina, enquanto descobrem e elucidam às pessoas caminhos a serem seguidos e parâmetros a serem obedecidos, de acordo com as normas de moralidade do agir humano em face do universo de complexidades e desafios, onde a liberdade há de ser exercida em termos de escolha e com responsabilidade.

O que não se pode perder de vista é que o critério imediato da moralidade de um ato se condensa na conformidade com a reta razão, de molde a que o ser humano se sinta obrigado a não violar deliberadamente a ordem natural que vela este fim, como um supremo bem.

Hoje, mais do que nunca, os políticos devem incorporar esta norma de agir, por ser consentânea com a moralidade pública e com os ditames da consciência de quem recebeu delegação de poderes de representatividade do povo para, em seu nome, legislar e administrar com lisura, respeito e dignidade, a exemplo do escritor Graciliano Ramos, ex-prefeito de Palmeira dos Índios, que passou à história deste País, como um grande administrador, tudo isso no final da década de vinte.

Aí estão os famosos Relatórios do Mestre Graça que fiz editar, quando Prefeito do Recife, em outubro de 1992, à época em que o grande romancista comemoraria cem anos de nascimento.

Trata-se de peça de valor contábil, com enfoques de racional administração financeira, sem perder o charme de belíssima forma literária, apesar de tratar-se de assunto árido, que é uma prestação de contas.

A ação política, construída sobre valores éticos se sobrepõe a interesses pessoais, corporativistas e outros, restabelecendo a importância vital de critérios sem ambigüidade de comportamentos inadequados que só servem para comprometer a imagem de quem deve se autopreservar dos linchamentos da opinião pública, pautando o seu agir de acordo com as regras da moralidade de uma conduta irrepreensível.

Nisto, está a grandeza de quem serve à política e luta por justiça e igualdade social para todos, ancorado em valores éticos.

A vida pública tem convivido com valores erodidos, numa clara manifestação de franco aviltamento moral e de dilaceramento institucional.

É preciso que seja restaurada a dignidade da ação do homem público, em todas as esferas de Poder.

** Deputado estadual pelo PSDB*

ELEIÇÕES

Assembléia concilia ano eleitoral

É possível em ano eleitoral o deputado estadual desenvolver suas atividades parlamentares e manter contato com suas bases eleitorais, sem que nenhuma das partes seja prejudicada? O presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, deputado Romário Dias (PFL), entende que sim e, nesse sentido, está mantendo reuniões com os lideres partidários para definir procedimentos até a chegada das eleições.

De acordo com a presidência da Casa, será elaborada uma programação que compatibilize os interesses eleitorais dos candidatos à reeleição com os trabalhos das Comissões e das Sessões Plenárias, que deverão ocorrer nas terças, quartas e quintas-feiras. "A função parlamentar precisa ser transparente para que possamos dar um exemplo aos eleitores de que merecemos a confiança depositada em nós", disse Romário.

MISSÃO PARLAMENTAR - O presidente da Assembléia fez um balanço sobre a valorização da atividade parlamentar, que ele deseja deixar como marca registrada de sua administração. Para tanto, relatou que desde sua posse vem trabalhando em ações firmes como a elaboração do Código de Ética dos Deputados e atualização do Regimento Interno. "Quando assumi, na primeira reunião da Mesa Diretora, propus a criação do Código de Ética. Foi constituída uma comissão nesse sentido. Buscamos as experiências de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. A Câmara Federal concluiu a implementação primeiro do que nós. Mas o nosso Código está em fase final de elaboração", observou.

Outro projeto interessante posto em prática na atual gestão foi o Perfil Parlamentar Século XX, onde deputados que se destacaram tiveram suas ações resgatadas na coleção que contemplou 22 ex-integrantes do Palácio Joaquim Nabuco. "A idéia é passar para a população a transparência do parlamentar, mostrando aos eleitores que ele defende os interesses de suas áreas de atuação nas Sessões Plenárias, nas Comissões, ou legislando para tornar melhor a vida dos pernambucanos", disse Romário. "Agora (Dia Internacional da Mulher) estamos lançando um livro contando a história de todas as mulheres que por aqui passaram, incluindo Teresa Duere (PFL) e Malba Lucena (PSDB), atualmente exercendo mandatos. Entregamos uma medalha post-mortem à primeira mulher que foi deputada em Pernambuco, Adalgisa Cavalcanti", acrescentou.

VALORIZAÇÃO - O presidente da AL lembrou que logo que assumiu a presidência deixou claro que não ia se preocupar apenas com "obras de pedra e cal", mas sim, de valorização da Casa Parlamentar e de seus deputados, procurando resgatar a rica história de Pernambuco e dos homens que a fizeram. Assim, foi lançando o projeto Ícones Pernambucanos que pretende homenagear mais de 40 personalidades do Estado já falecidas ou vivas.

O deputado citou outra ação parlamentar importante quando da criação das Comissões Parlamentares de Inquérito, em especial a que tratou da Hemodiálise em Caruaru. "Na legislatura anterior, eu fui o presidente da CPI da Hemodiálise, que no final pediu a condenação de várias pessoas envolvidas em 44 mortes e outras 100 com seqüelas.

O presidente lembrou, finalmente, um projeto pelo qual tem especial carinho. Trata-se dos encontros com estudantes do Interior, que dois dias por semana são trazidos pela Assembléia em ônibus, para conhecer a Casa Joaquim Nabuco. "Quer dizer, é um contato pessoal do povo, através dos estudantes, com o deputado", concluiu Romário.

BRENO LAPROVITERA



Sessões legislativas manterão o ritmo de terça à quinta-feira

Líderes asseguram que não haverá prejuízos

BRENO LAPROVITERA



Hélio Urquisa (líder do PMDB): "Considero que a atividade parlamentar não se restringe somente à Sessões Plenárias. A agenda implica em propostas de projetos, reuniões técnicas, atendimento à demanda da sociedade. Em período eleitoral naturalmente o desdobramento é bem mais amplo. Isso exige presença nas comunidades, ouvindo reivindicações, assistindo as bases, meses que requerem mais dedicação e agilidade. Concentro o trabalho em busca da eficácia, num perfil que credita o parlamentar a renovação do mandato".

BRENO LAPROVITERA



José Queiroz (líder das Oposições): "Estou pronto e disposto para os meses que antecedem o julgamento popular nas urnas. Os tempos modernos alinham recursos tecnológicos os quais, somados à seleção humana, oferecem ao político condições de racionalização e aproveitamento do tempo.

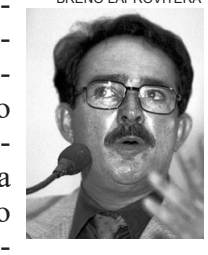
Para um melhor desempenho, conto com uma assessoria parlamentar afinada com o trabalho do deputado, atuando com a devida competência. Utilizando-se desses potenciais, asseguro presença no Plenário, nas comissões e participo de reuniões em eventos fora da Assembléia".

BRENO LAPROVITERA



Augusto Coutinho (líder do PFL): "Fui vereador com expressiva votação na RMR, mas não descuido das bases no interior, onde tenho apoio nas urnas de Camocim de São Félix, Aliança, Pedra, Amaraji. Não vejo problema em conciliar as ações parlamentares com as políticas porque, não verdade, ação política é feita o tempo todo, no dia-a-dia. A vida do político é uma eterna campanha eleitoral, naturalmente intensificando-se nesse período. Vou continuar conciliando as ações e cumprindo as definições da Casa. Pronto para mais um mandato no Joaquim Nabuco".

BRENO LAPROVITERA



Carlos Lapa (líder do PSB): "Depois de quatro mandatos estaduais, parto para o Planalto, fazendo dobradinha com o meu irmão Joaquim Lapa (prefeito prefeito de Carpina), candidato à Assembléia Legislativa.

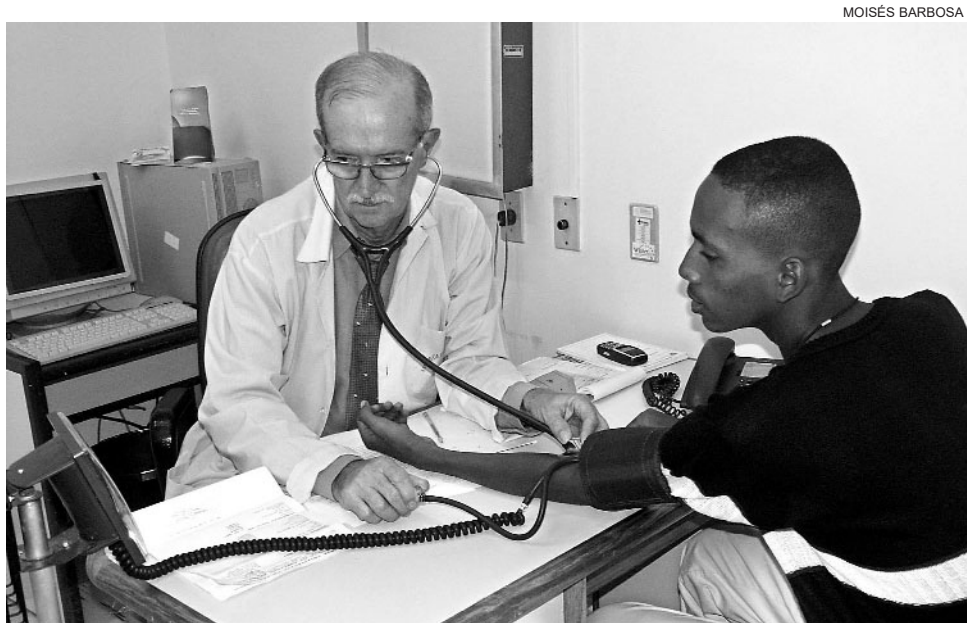
Em relação ao ano eleitoral, acho que é um ano normal de trabalho, viajando toda semana para Carpina e mantendo, vivenciando os acontecimentos de suas áreas, em contato direto com a população de 18 municípios onde é bem votado. Tenho uma vida política traçada no dia-a-dia e não vejo assim diferença em ano eleitoral. Mantenho meu QG em Carpina".

ESTRUTURA

Departamento de Saúde assiste deputados, servidores e familiares

Fazer prevalecer o trabalho e seus resultados, com o cuidado de não promover aqueles que os executam. É com esta filosofia de ação que o Departamento de Saúde (DS) da Assembléia Legislativa atua, atendendo a todas as necessidades de assistência médica e odontológica dos 49 deputados e seus dependentes, dos servidores do Legislativo e também dos seus familiares diretos. Com equipe médica e administrativa preparada, estrutura física bem montada, equipamentos adequados para atendimento ambulatorial e pequenas cirurgias, o DS realiza, em média, cinco mil atendimentos, por mês.

MOISÉS BARBOSA



O departamento realiza, em média, cinco mil atendimentos por mês

Com o objetivo de assegurar o direito do cidadão de não ficar sem assistência médica, a Assembléia Legislativa - através do seu Departamento de Saúde - também atende, excepcionalmente, pacientes vindos de municípios onde não tiveram o acompanhamento médico adequado. Para assegurar a qualidade dos serviços, os médicos e o pessoal administrativo passam por treinamentos de atualização. "É fundamental a capacitação permanente para que nossos profissionais estejam preparados diante das necessidades que o setor exige, principalmente porque em matéria de saúde todo cuidado é bem-vindo", afirmou o diretor do Departamento de Saúde, Aldo Mota.

Os médicos participam de programas de reciclagem comparecendo a congressos, jornadas e cursos em várias regiões do Brasil. A direção do DS está se articulando com a Escola do Legislativo Professor José Joaquim de Almeida para que seus servidores participem de cursos específicos nas suas áreas, como Qualidade no Atendimento de Saúde, Gestão em Ambulatório e em Laboratório de Análises Clínicas.

Também compete ao Departamento de Saúde oferecer atendimento durante as sessões especiais, reuniões de comissões especiais e viagens das Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs). Durante os depoimentos dessas Comissões, os médicos ficam de prontidão para qualquer eventualidade, inclusive a assistência aos depoentes. Outra missão do DS é manter uma Junta Médica, com três titulares e um suplente, para suprir as necessidades administrativas, desde a realização de exames para admissão de servidores até pareceres sobre aposentadorias e licença para tratamento de saúde.

Prevenção de doenças é outra preocupação

Além de buscar o tratamento curativo, o Departamento de Saúde tem como meta contribuir para a divulgação de ações preventivas. Nesse sentido, já foram realizadas Semanas de Cardiologia e de Ginecologia. "Diante do sucesso de edições anteriores, estamos estudando repetir a Semana de Cardiologia, possivelmente no segundo semestre", antecipou o diretor do DS, médico Aldo Mota. Na programação deverão constar exibições de vídeos, palestras com especialistas, consultas e exames preventivos.

Além de contar com dois médicos cardiologistas, o Departamento dispõe de três clínicos gerais, dois ginecologistas, dois odontólogos, um oftalmologista, um endocrinologista e dois bioquímicos, que realizam os exames no próprio laboratório da Assembléia.

Desde que foi criado, o Legislativo estadual tem um serviço médico. Mas a sua ampliação e transformação em Departamento só ocorreu no período de 1995 a 1996. Sob o comando da atual Mesa Diretora, foram realizadas reformas físicas e atualização de equipamentos - medidas importantes para a garantia da qualidade dos serviços.

PROGRAMA DE QUALIDADE

Alepe passa por auditoria para certificação ISO 9002

Um ano depois da implantação do Programa de Gestão para Qualidade Total - PGQT, a Assembléia Legislativa vai passar por uma auditoria de certificação, no mês de abril, a fim de obter o certificado ISO 9002. A escolha da empresa certificadora ABS Quality Evolution aconteceu através de licitação carta-convite. De acordo com a coordenadora do PGQT, Fátima Resende, a Alepe já está pronta para receber a ABS. "A receptividade dos servidores foi fundamental para cumprirmos as exigências acordadas na implantação do Programa", disse.

Após passar pela auditoria, e de posse do certificado, a Assembléia será auditada a cada seis meses, durante três anos. Caso o sistema de qualidade não esteja sendo plenamente implementado, a Casa perde a certificação. "Mais importante do que obter o certificado ISO 9002 é mantê-lo. Obtê-lo e vir a perdê-lo é mais danoso do que nunca tê-lo conquistado", defende Fátima Resende. "Quem vai assegurar essa manutenção são os próprios servidores. Essa manutenção deve ser fruto de uma luta de conscientização, união e esforço deles. Principalmente para cobrar dos próximos componentes da Mesa Diretora que dêem continuidade às ações", explicou a coordenadora.

DESDOBRAMENTO DA POLÍTICA DE QUALIDADE TOTAL

POLÍTICA

Aprimorar os serviços prestados por todos.
Levar a qualidade aos serviços, em benefício da sociedade.
Executar serviços em conformidade com os padrões do Sistema de Qualidade.
Promover a melhoria contínua da transparência e confiança de seus serviços.
Elevar o desenvolvimento profissional dos seus servidores.

OBJETIVOS

Aperfeiçoar os serviços, utilizando tecnologia de informática.
Melhorar continuamente os serviços, agilizando o atendimento das solicitações efetuadas.
Monitorar os serviços prestados visando eliminar a necessidade de refazer os trabalhos.
Possibilitar a transparência dos serviços prestados, contribuindo para a confiança nos mesmos.
Capacitar os servidores, elevando o desenvolvimento profissional dos mesmos.

METAS

Atender, via NOTES, 50% das solicitações efetuadas, a partir de março de 2002.
Reduzir o prazo do atendimento das solicitações efetuadas em 50%, a partir de março de 2002, visando contribuir para que os gabinetes gerem benefícios no atendimento à sociedade.
Admitir no máximo 5% de trabalhos refeitos na prestação de serviço, até março de 2002.
Disponibilizar, via NOTES, 30% do histórico das solicitações atendidas através do sistema, a partir de março de 2002.
Obter um índice mensal do treinamento global de 5%, a partir de março de 2002.

MODERNIZAÇÃO

Mais transparência no Legislativo: Sessões podem ser vistas pela internet

Através do *site* **www.alepe.pe.gov.br**, qualquer cidadão pode acompanhar os trabalhos

BRENO LAPROVITERA



A Assembléia Legislativa investiu cerca de R$ 500 mil em equipamentos para o projeto de transmissão via internet

Desde o início de sua gestão, a atual Mesa Diretora da Assembléia Legislativa tem, sob o comando do deputado Romário Dias (PFL), buscado uma maior aproximação entre o Poder Legislativo e a sociedade pernambucana. Para isso, vem tomando medidas que permitem mais transparência da atuação parlamentar na Casa Joaquim Nabuco. A última delas é transmissão com imagem e som, via internet, de todas as sessões plenárias da Assembléia Legislativa. O acesso é pelo *site* da AL (www. alepe.pe.gov.br).

Na verdade, logo no início do primeiro ano da atual administração, em 2001, a Assembléia disponibilizou para os internautas o acesso às sessões da Casa através de uma rádio virtual. Agora, além do som, o usuário da rede mundial de computadores tem, de segunda à quinta-feira, a imagem do que está acontecendo no Plenário.

"É mais uma forma que encontramos de permitir que o cidadão possa acompanhar o dia-a-dia dos parlamentares, para que possa ter uma opinião mais apurada sobre o atuação do deputado em que ele votou", afirma o presidente da Assembléia, Romário Dias.

Responsável pela implantação do projeto, o primeiro-secretário da AL, deputado João Negromonte (PMDB), disse que foram investidos cerca de R$ 500 mil em equipamentos para o funcionamento do novo serviço. Ele acrescentou que o próximo passo será o funcionamento do circuito interno de Televisão, com a instalação de mais de 50 televisores em diversos setores da Casa para a transmissão, ao vivo, das sessões. "O objetivo é dar maior visibilidade e transparência ao trabalho dos parlamentares do Estado", apontou Negromonte.

O próximo passo será a implantação do circuito interno de Televisão, com o uso de mais de 50 Tv's

Para a transmissão das imagens do Plenário, duas câmaras captam o movimento dos deputados, os debates e as discussões dos projetos e disponibiliza as imagens para a internet. Segundo o primeiro-secretário, o sistema vai permitir aos deputados que não puderem comparecer ao Plenário e aos seus assessores o acompanhamento das sessões. "Também vamos ampliar esse serviço para os debates e votações nas Comissões da Assembléia, para que os demais parlamentares e o público em geral possam tomar conhecimento desse importante trabalho feito pelos seus integrantes", adiantou.

AL disponibiliza discursos em CDs

Numa iniciativa inédita, a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa autorizou a gravação, em CD-Room, no final do ano passado, dos discursos e pronunciamentos feitos ao longo da sessão legislativa passada. Além dos debates, o CD contém fotos, requerimentos, ofícios e projetos apresentados pelo parlamentar durante o ano de 2001.

Todo o material gravado nos CDs foi classificado por data e assunto, para facilitar o acesso às informações, que só é possível através de computador equipado com aplicativo que possibilite ouvir arquivos de som no padrão MP3.

Os CDs foram entregues aos deputados pela Mesa Diretora no final do ano passado. No dia da entrega, houve uma apresentação do funcionamento do programa no Plenário da Casa Joaquim Nabuco. A iniciativa provocou elogios dos parlamentares, que a destacaram como "muito importante para a melhoria de nossa atuação no Legislativo Estadual".

IVAN FEITOSA



Os CD's contêm fotos, projetos e outras ações

ENTREVISTA —SÉRGIO LEITE

Energia foi o principal tema da Comissão de Tecnologia

Crise no setor energético, utilização de softwares livres nas instituições públicas do Estado, aproveitamento do sistema de aquecimento d'água nas edificações de uso residencial. Esses foram alguns assuntos abordados pela Comissão de Ciências, Tecnologia e Informática da Assembléia Legislativa no ano passado. E, para fazer um balanço das atividades, Tribuna Parlamentar entrevistou o presidente da Comissão, deputado Sérgio Leite (PT).

Tribuna Parlamentar - No ano passado, a crise energética tomou conta da maior parte das discussões da Comissão, que promoveu várias audiências públicas sobre o tema. Dentre todas realizadas, qual representou um maior avanço?

Sérgio Leite - A Comissão promoveu uma série de debates, que no seu conjunto foram de grande importância. Nós obtivemos avanços através das discussões em relação à crise energética, a redução de impostos sobre os softwares aqui em Pernambuco, a questão da energia solar e vários outros temas. Agora, a nossa maior vitória foi conseguir que a Agência Reguladora dos Serviços Públicos saísse do zero. Desde 2000, ela estava instituída mas não funcionava. A partir da Comissão, das nossas audiências e cobranças, o Governo do Estado encaminhou projeto de lei à AL criando a estrutura da Agência, de fundamental importância para a fiscalização dos serviços públicos, que estavam correndo à revelia.

TP - Outro tema que dominou as audiências em 2001 foi a cobrança de 17% de ICMS sobre o valor das operações das empresas de softwares de Pernambuco. Que avanços a Comissão alcançou no sentido da redução dessa cobrança?

SL - Nós mantivemos contatos para propor a redução seguindo projeto do deputado Augusto Coutinho (PFL), mas infelizmente o Governo já marcou e desmarcou a audiência para as negociações várias vezes. Após conseguirmos a redução do ICMS, nós vamos possibilitar que as empresas daqui consigam comercializar seus produtos diretos de Pernambuco.

TP - A Comissão realizou uma série de visitas no ano passado. O que resultou delas?

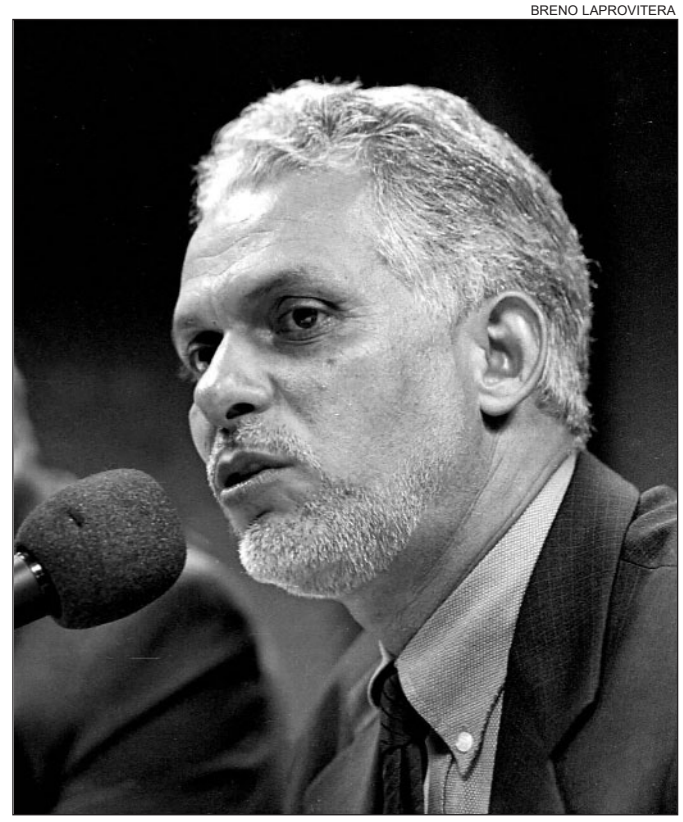
SL - Nós fizemos uma série de visitas vinculadas ao campo da ciência e tecnologia. Mas o que nos chamou mais a atenção foi o estado precário do sistema de utilização de energia solar no Estado. Os Governos Federal e Estadual não têm feito os investimentos necessários para ampliar a utilização da luz solar na geração de energia.

TP - Vocês têm algum projeto que propõe a recomposição e ampliação desse sistema?

SL - A Comissão de Ciência e Tecnologia encaminhou um projeto que solicita a manutenção e ampliação do sistema. Infelizmente, os governos parecem não ter se sensibilizado para a importância da utilização da energia solar e eólica.

TP - Outra visita realizada foi ao Porto Digital do Recife. Que acompanhamento a Comissão pretende implantar em relação ao funcionamento da obra?

BRENO LAPROVITERA



Leite: softwares e outros temas estiveram em pauta

"Em 2002 vamos discutir a captação para Pernambuco de uma boa fatia do FNCT"

SL - O Porto Digital é um avanço de extrema importância para o desenvolvimento da informática, da tecnologia e a toda economia do Estado. O trabalho da Comissão é de acompanhamento da implementação e ampliação do Porto. Vamos cumprir o nosso papel, cobrando recursos do Governo, propondo melhoria para os sistemas e, principalmente, indicando uma legislação que contribua para o funcionamento do Porto.

TP - A Comissão apresentou projetos para a utilização de programas abertos, softwares livres em computadores de instituições públicas do Estado. Em que se constituem tais projetos?

SL - A questão dos softwares livres é uma luta nacional do PT pela modificação do sistema de controle e ampliação do acesso ao conhecimento e ao mundo da informática. Aqui em Pernambuco, eu e meu companheiro de partido Paulo Rubem Santiago encaminhamos um projeto para a adoção desse sistema, tanto nas instituições públicas como na própria Assembléia. Tivemos audiências públicas, seminários e pretendemos, este ano, viabilizar esse projeto que representa um desenvolvimento para a tecnologia e uma grande economia para os cofres públicos do Estado.

TP - E quais as perspectivas para 2002?

SL - Bem, nós vamos dar continuidade aos trabalhos do ano passado e já temos uma discussão concreta, que é a captação para Pernambuco de uma boa fatia dos recursos do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia.

Comissão reestrutura Biblioteca da Assembléia

Aquisição de novos livros, ambientação do espaço e informatização são algumas das propostas apresentadas pela Comissão de Reestruturação da Biblioteca da Assembléia Legislativa à Mesa Diretora. Os membros da comissão (Maria Celma Vítor, Margaret Mendonça, Christianne Alcântara, Luiz Carlos Matos, Luís Antônio Guimarães e José Carlos Santana) foram indicados pelo 1º secretário, deputado João Negromonte (PMDB), para analisar a atual situação do setor e propor sugestões para melhoria dos serviços prestados.

De acordo com Negromonte, a iniciativa visa fazer com que a biblioteca da AL atenda às necessidades das Comissões Técnicas e dos setores administrativos. Ele afirmou também que o objetivo é tornar a biblioteca numa fonte de informações relevantes sobre o Legislativo. "Por meio do estudo realizado pela comissão, temos condições de promover mudanças que facilitem o trabalho dos funcionários lotados na biblioteca e, ao mesmo tempo, garantir o acesso da população", destacou.

O primeiro passo da comissão foi iniciar um inventário de todas as obras existentes na biblioteca. O inventário consiste em um levantamento do acervo, que está sendo realizado pela bibliotecária e membro da comissão, Maria Celma Vítor. Com esse resultado, a Assembléia terá condições de avaliar as necessidades da biblioteca e quais são as obras que precisam ser adquiridas.

Para realizar essa aquisição, serão consultadas as Comissões Técnicas sobre os documentos e livros essenciais para o desempenho dos órgãos da Casa. Segundo o presidente da Comissão de Reestruturação, Luiz Carlos Matos, o grupo partiu de um diagnóstico inicial e detectou as principais dificuldades que o setor enfrenta atualmente. Ele destacou também o processo de informatização como uma iniciativa essencial para agilizar os serviços prestados pela biblioteca.

MUDANÇAS

Alepe inova com Código de Ética

No momento em que o país tenta solucionar grandes escândalos políticos, com a renúncia de dois presidentes do Congresso Nacional e prisão temporária de um deles, a Assembléia Legislativa avança e elabora dois importantes projetos: o que cria o Código e a Comissão de Ética Parlamentar e o que trata da reforma do Regimento Interno da Casa. Os projetos estão sendo elaborados por uma Comissão Especial, presidida pelo deputado Gilberto Marques Paulo (PSDB), subdividida em duas relatorias. O deputado Ranílson Ramos (PPS) é o relator da reforma do Regimento Interno e o deputado Augusto Coutinho (PFL), do Código e Comissão de Ética. Os dois projetos podem receber emendas até o dia 29 de março e serão votados nos dias 16 e 23 de abril, respectivamente.

O Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico (IPAD) foi contratado pela Mesa Diretora para auxiliar na definição das duas propostas. Segundo os consultores do instituto, Zélia Castro e Júlio Correia, foi utilizado como modelo o primeiro Código de Ética Parlamentar brasileiro, da Assembléia Legislativa gaúcha, além de incorporadas as preocupações e exigências da sociedade brasileira quanto à preservação da moralidade na política. "Esse Código reflete a preocupação com a imagem interna e externa da Casa", disse Castro.

Já o projeto de reforma do Regimento Interno visa atualizar as regras de funcionamento da Assembléia, de acordo com as mudanças ocorridas desde a última revisão geral do documento, em 1991. De acordo com o ex-deputado estadual Eduardo Araújo, que participou da formulação dos novos anteprojetos, cinco regimentos de legislativos estaduais foram escolhidos como modelos, entre eles os de Minas Gerais e São Paulo. Com o novo Regimento Interno, as Comissões, permanentes e temporárias, terão atribuições mais claras e definidas, e a imunidade parlamentar servirá apenas para garantia do exercício do mandato.

A Comissão Temática que elaborou os anteprojetos do Código de Ética e da reforma do Regimento Interno era composta por representantes do IPAD, pelo procurador-geral da Assembléia, Sílvio Pessoa Filho; o procurador Douglas Moreno; o diretor do Departamento de Apoio Legislativo, José Carlos Santana, e o ex-deputado, Eduardo Araújo. Depois de formada a Comissão Especial que iria reformular os anteprojetos, ficou definido que cada subcomissão seria composta por cinco deputados. Além do presidente e dos dois relatores, a Comissão tem como vice-presidente o deputado Geraldo Coelho (PFL) e como membros titulares os deputados Bruno Araújo (PSDB), João Braga (PV), Guilherme Uchôa (PDT), Pedro Eurico (PSDB), Roberto Liberato (PFL), Sebastião Rufino (PFL) e Sérgio Leite (PT).

ROBERTO SOARES



Ramos, Marques Paulo e Coutinho estão à frente dos trabalhos

CÓDIGO E COMISSÃO DE ÉTICA

Algumas propostas apresentadas pelos relatores devem provocar polêmica, ao serem discutidas no plenário. Entre elas, a sugestão apresentada pelo relator do projeto que cria o Código e a Comissão de Ética, deputado Augusto Coutinho (PFL), que prevê a limitação da imunidade parlamentar e a opção de renúncia, em caso de risco de perda do mandato, deixa de surtir efeito.

De acordo com a emenda substitutiva nº 01, de autoria da Mesa Diretora da Alepe, que institui o Código de Ética do Legislativo e cria a Comissão de Ética Parlamentar, "desde a expedição do diploma, os deputados não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença da Assembléia Legislativa". A alteração proposta por Coutinho dispensa a prévia licença da Assembléia e o parlamentar pode ser processado criminalmente.

Outra mudança importante invalida a renúncia. Segundo a proposta do relator, a renúncia não surtirá efeito depois de encaminhada a representação, ou seja, a partir do momento que a denúncia começar a ser apurada pela Comissão de Ética, o parlamentar não mais poderá usar do 'artifício' de renunciar para evitar a perda dos direitos políticos. "Vamos construir um Código de Ética avançado, transparente e moderno. Para isso, mudanças como essa são essenciais", explicou Coutinho.

Os critérios de escolha dos membros da Comissão de Ética também foram alterados. O anteprojeto de Coutinho prevê que os membros da Comissão sejam eleitos e não indicados pela Mesa Diretora, como indicava o projeto inicial. Outro ponto defendido pelo relator diz respeito ao ouvidor da Comissão de Ética. Coutinho defende que o parlamentar escolhido entre os membros para atuar como ouvidor também possa sofrer penalidades, caso não cumpra fielmente a função a que se propôs. "Com isso, vamos evitar que as denúncias sejam 'filtradas' de acordo com a simpatia do ouvidor por um ou outro parlamentar".

O deputado Ranílson Ramos recebeu 250 artigos do Regimento Interno para analisar, e a missão de agilizar as atividades do Poder Legislativo e ampliar a participação da sociedade no Parlamento. O objetivo da reforma é adequar as regras de funcionamento da Assembléia, baseado nas mudanças ocorridas desde a última revisão geral do documento, em 1991. Uma das propostas de Ranílson Ramos prevê que as Comissões, permanentes e temporárias, tenham atribuições mais claras e definidas. "Outra mudança importante diz respeito à imunidade parlamentar, que passa a servir apenas para garantia do exercício do mandato, ao invés de tornar-se um instrumento para a impunidade", explicou o deputado.

MOISÉS BARBOSA



A Campanha Natal Sem Fome, criada em 1993 pelo sociólogo Herbert de Souza, ganhou a colaboração da Assembléia Legislativa no ano passado. Foram doadas dez toneladas de alimentos, divididas em 459 cestas básicas. No dia 20/12, o presidente Romário Dias (PFL), junto com os deputados Sérgio Leite (PT) e Augustinho Rufino (PSDC), entregaram as cestas a Anselmo Monteiro, coordenador do movimento.

LANÇAMENTO

Livro mostra face feminina do Legislativo

Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, a Assembléia Legislativa lançou o livro "Presença Feminina - Nossas Deputadas", de autoria de Luzilá Gonçalves Ferreira. A obra mostra a atuação das deputadas pernambucanas ao longo do século XX e faz parte da iniciativa da Mesa Diretora de resgatar a história parlamentar, que já produziu a série de 22 volumes dos Perfis Parlamentares.

REPRODUÇÃO



Maria Elisa foi a 2ª deputada eleita

Segundo a pesquisadora Ângela Nascimento, coordenadora do projeto, o livro ressalta a importância das nove mulheres que exerceram o cargo ao longo da história da Assembléia. "A proposta inicial era publicar o perfil de Adalgisa Cavalcanti, a primeira deputada eleita do Estado, mas achamos melhor reunir todos os perfis femininos num único livro", explica Nascimento. A escolha da escritora Luzilá para redigir a obra foi fruto da sua longa atuação no estudo e na defesa dos direitos das mulheres. "Uma alegria muito grande", festeja a escritora, que também é vice-coordenadora da pós-graduação em Letras na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Em sua pesquisa, Luzilá debruçou-se sobre mais de 6 mil páginas de discursos e atas do Legislativo estadual e entrevistou as deputadas ainda vivas e seus familiares, num trabalho que durou meses. "As mulheres têm uma atuação diferenciada no Parlamento", explica. "Elas são muito assíduas no Plenário e lutam pelo reconhecimento da matriarca dentro do ambiente familiar e no mercado de trabalho. Algumas de suas conquistas incluem o auxílio-família, a implantação da Delegacia da Mulher e as reivindicações das classes menos favorecidas em geral".

REPRODUÇÃO



Leila Abreu (microfone) foi uma das deputadas de Pernambuco

Teresa Duere (PFL) é a primeira deputada a exercer o papel de líder do Governo na Assembléia. Para ela, a participação feminina na política aumenta a cada dia. "A mulher está constantemente preocupada com a eficiência, sua eficácia e sua competência dentro das instituições. Já existe uma desembargadora no Tribunal de Justiça estadual e outra no federal. Temos até uma candidata à Presidência da República, com boas chances de vencer", opina Duere.

As nove parlamentares biografadas no livro são: Adalgisa Cavalcanti - eleita em 1947 pelo Partido Comunista e muito atuante em defesa da mulher -, Maria Elisa Viegas, Aracy de Souza, Lúcia Heráclio (prefeita de Bonito), Rosa Barros, Leila Abreu, Luciana Santos (atual prefeita de Olinda), Malba Lucena e Teresa Duere, sendo as duas últimas as únicas deputadas que atualmente cumprem mandato na Assembléia.

ÍCONES

Novo projeto homenageia cultura pernambucana

Literatura, música, cinema e teatro, artes plásticas, esportes e artesanato. Esses são os temas dos livros que a Assembléia Legislativa vai lançar, a partir de junho, num convênio com o Jornal do Commercio. O objetivo do Projeto Ícones Pernambucanos é prestar uma homenagem aos mais destacados expoentes da cultura pernambucana, além de resgatar a história desses segmentos no Estado.

Com uma tiragem de três mil exemplares, os livros serão distribuídos nas escolas e bibliotecas do estado, à semelhança do que ocorreu com a coleção de 22 exemplares do Perfil Parlamentar - Século XX. A Associação de Amparo à Criança Deficiente (AACD) vai receber alguns livros para comercializar e reverter a renda para a instituição.

BRENO LAPROVITERA



O universo de Brennand está no livro sobre artes plásticas

As personalidades foram escolhidas a partir dos seguintes critérios: projeção indiscutível nas suas áreas e também novos referenciais que surgiram nos últimos anos. Nomes como o de Gilberto Freyre, Manoel Bandeira, Mauro Mota, Carlos Pena Filho, Mário Souto Maior e João Cabral de Melo neto serão retratados no livro de literatura; Luiz Gonzaga, Capiba, Nelson Ferreira e Alceu Valença, na música; Vavá, Ademir, Adriana Salazar e Manoel Tobias, no esporte; Kátia Mesel, Valdemar de Oliveira, Geninha da Rosa Borges, Hermilo Borba Filho e Dinah de Oliveira, no cinema e teatro; Mestre Vitalino, Zezinho de Tracunhaém, Ana das Carrancas, no artesanato; Francisco Brennand, Abelardo da Hora, Cícero Dias e Vicente do Rêgo Monteiro, nas artes pláticas. Os trabalhos estão sendo elaborados, respectivamente, pelos jornalistas Nagib Jorge Neto, José Telles, Fernando Menezes, Alexandre Figueirôa, Jamildo Melo e Paulo Sérgio Scarpa.

DIVULGAÇÃO



Luiz Gonzaga: ícone da música